



PORTADORES DO DOM DO EVANGELHO

DOCUMENTO
DO CAPÍTULO GERAL
DA ORDEM DOS FRADES MENORES

Assis, Pentecostes de 2009

Curia Geral OFM
ROMA - 2009

PORTADORES DO DOM DO EVANGELHO



DOCUMENTO DO CAPÍTULO GERAL
DA ORDEM DOS FRADES MENORES
ASSIS, PENTECOSTES DE 2009

Curia generale dei Frati Minori
Via Santa Maria Mediatrice, 25
00165 - Roma - ITALIA

www.ofm.org

Setting and graphics: John Abela - OFM Communications Office - Rome

APRESENTAÇÃO

Caros Irmãos:
o Senhor lhes dê a paz!

Com o coração cheio de gratidão ao Senhor, por haver-nos concedido celebrar o nosso 187º Capítulo geral, estou alegre por apresentar-lhes o documento final sob o título *Portadores do dom do Evangelho*.

O Capítulo quis oferecer aos Frades um documento de caráter inspiracional. Não é, portanto, um diagnóstico da situação atual de nossa Ordem, mas uma proposta cheia de esperança por caminhos a percorrer. Em alguns, já estamos a caminho, em outros, estamos ainda no início. Em todo caso, o Espírito impele-nos a sermos lúcidos, para estarmos em condições de ler os sinais dos tempos: a sermos evangelicamente criativos e audazes para uma resposta adequada a estes sinais e, assim, termos a possibilidade, com o olhar para o futuro, de encarnar o dom do Evangelho nos diversos contextos em que o Senhor nos chama a estarmos presentes.

Exatamente aqui está o valor do documento, isto é, em ser critério de avaliação e de orientação para a nossa vida e missão evangelizadora. Portanto, o melhor uso que dele podemos fazer consiste em confrontar, com serenidade, em autenticidade e abertos ao futuro, o seu conteúdo com a nossa vida real em todos os níveis, das Fraternidades locais ao Governo geral da Ordem, passando através das Entidades e das Conferências, e iniciar os processos de conversão que são necessários para adequar coerentemente as nossas declarações à vida concreta. No meu *Relatório ao Capítulo geral* e na aula capitular emergiu a oportunidade de que as Fraternidades, as Entidades – e por que não também o próprio Governo geral – cultivem o *moratorium* como espaço para o discernimento comunitário. Estou convencido de que o documento que ora lhes apresento possa ser, deste modo, um precioso instrumento.

Peço a todos e a cada um dos Frades que façam uma leitura atenta do documento emanado do Capítulo geral de 2009, para que, levando-se em conta as inspirações nele contidas, se possa avaliar a nossa vida e missão e, assim, iniciar caminhos inéditos de testemunho e de presença, para tornarmos cada dia mais significativo o nosso andar pelo mundo a anunciar o Evangelho, como irmãos e menores, com o coração voltado para o Senhor.

Falou-se em iniciar processos de conversão. Todos sabemos o quanto isto é difícil. Tantos são os obstáculos e as inércias que opomos à graça! O documento, no entanto, está perpassado, do início ao fim, por uma constante referência ao mistério da Trindade: um Deus que é Pai, que nos enviou seu Filho e que nos deu o Espírito, que procede de ambos. Que a certeza da ação permanente e indefectível do mesmo Espírito, verdadeiro Ministro geral da Ordem, seja a nossa esperança e a nossa confiança.

Roma, 15 de julho de 2009
Festa do Doutor Seráfico

FR. JOSÉ RODRÍGUEZ CARBALLO, OFM
Ministro geral

INTRODUÇÃO

*Em nome do Senhor, Pai, Filho e Espírito Santo. Amém!*¹

O Capítulo Geral da Ordem dos Frades Menores saúda com reverência e amor sincero todos os irmãos que, enviados pelo Senhor Deus ao mundo, anunciam em diferentes povos e culturas, com a palavra e com o testemunho das suas obras, “que não há outro Onipotente senão Ele². E a quantos chegar esta carta, o irmão Francisco, seu servo no Senhor Deus, pequenino e desprezível, deseja a todos saúde e paz”³.

Queridos irmãos:

1.

O Senhor reuniu-nos em Santa Maria dos Anjos da Porciúncula para celebrarmos o 187º Capítulo geral da nossa Ordem, de 24 de maio a 20 de junho de 2009, conforme nossa Regra, que prescreve que o Capítulo tenha lugar por ocasião de Pentecostes⁴.

Foi significativo que este encontro tenha acontecido no ano em que celebramos o VIII centenário da aprovação da forma de vida franciscana e no lugar que viu nascer a nossa fraternidade. A presença de irmãos procedentes de tantos e diversos países e culturas aqui é um sinal eloquente da força fecunda do projeto de vida de Francisco, que não é outro senão o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo⁵.

2.

Visto que o modo peculiar de Francisco ler o Evangelho é essencialmente prático, existencial⁶, reafirmamos a primazia da práxis “como caminho para uma melhor compreensão da própria vocação”⁷.

1 Cf. *Carta aos Governantes dos povos*, 1.

2 *Carta a toda a Ordem*, 9.

3 *Carta aos Governantes*, 1.

4 *Rb* 8,2-3.

5 *Id.*, 1.1.

6 Cf. *Legenda dos Três Companheiros*, 28.

7 *O Senhor nos fala no caminho*, 10.

Por isso, preocupa-nos a distância que sói separar nossos discursos da vida real. Por isso, o Capítulo quis escrever uma mensagem que inspire e anime a vida cotidiana dos irmãos, mais que um documento doutrinal. E quisemos fazê-lo com palavras breves, como aconselhava Francisco⁸, pois esta é também uma maneira de voltar ao essencial.

3.

O tema do Capítulo foi a missão evangelizadora, que é um meio particularmente propício para restituir ao Senhor o dom do Evangelho, dado como forma de vida a Francisco⁹. Falamos de “dom” no sentido que ele dá a esta palavra, quando diz que o Senhor lhe deu irmãos¹⁰, e de “restituição”, no sentido que a palavra tem quando ele mesmo exorta: “E restituamos ao sumo e altíssimo Senhor Deus todos os bens e reconheçamos que todos os bens lhe pertencem, e por todos lhe damos graças, pois dele procedem”¹¹. A restituição refere-se, por conseguinte, à desapropriação.

4.

Nesta mensagem, desejamos partilhar algumas reflexões sobre estes dois aspectos que, complementando-se, dão origem à nossa vida e missão, situando-nos no contexto da vida, das necessidades, das perguntas e desafios de nossos povos, para quem o anúncio da Boa notícia do Reino de Deus, gérmen de um mundo novo de justiça, de paz e de fraternidade, tem que ser hoje, mais do que nunca, gerador de esperança.

8 Rb 9,4.

9 *Relatório do Ministro Geral*, 16.

10 *Testamento* 14.

11 *Et omnia bona Domino Deo altissimo et summo reddamus et omnia bona ipsius esse cognoscamus et de omnibus ei gratias referamus, a quo bona cuncta procedunt. Rnb* 17, 17.

O DOM DO EVANGELHO

5.

“O Senhor deu a mim, Frei Francisco..., O Senhor conduziu-me entre os leprosos..., O Senhor deu-me irmãos..., O Senhor revelou-me...”¹². Estas palavras do Testamento de Francisco mostram uma profunda verdade: no princípio de tudo está o Senhor, origem de todo bem, que “é todo bem, o sumo bem, todo o bem, o único bem”¹³. Toda realidade aparece assim como um dom que procede dele, e o maior de todos é “seu Filho bendito e glorioso que ele nos deu, e que por nós nasceu”¹⁴. Esta é a Boa Nova que temos recebido: o “Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus”¹⁵, dom que mudou a vida de Francisco e que muda a vida de cada um de nós.

6.

O dom do Evangelho está na origem da nossa fraternidade. No Testamento de Francisco, o dom dos irmãos e o dom da forma de vida evangélica estão unidos¹⁶. Quando os dois primeiros companheiros lhe perguntaram o que deveriam fazer para poder viver com ele, Francisco respondeu: “Peçamos conselho a Cristo”¹⁷, e junto com eles dirigiu-se à igreja para abrir três vezes o livro do Evangelho. Nele é Cristo quem fala, e da escuta da sua voz nasce aquele novo vínculo no Espírito, que é a primeira fraternidade. O pequeno grupo de irmãos, gérmen da Ordem franciscana, precede, neste momento fontal, toda distinção ministerial. São simplesmente crentes que querem levar o Evangelho a sério.

12 *Test* 1.2.14.23.

13 *Louvores a todas as Horas*, oração final.

14 *2Fi* 11.

15 *Mc* 1,1.

16 *Test* 14-15.

17 *2Cel* 15; *AP* 10-11; *LTC* 27-29.

7.

Desde os primeiros dias, a fraternidade se sente chamada a anunciar o que vive. Celano conta que no princípio, quando apenas eram oito irmãos, ocorreu o primeiro envio pelo mundo¹⁸. Francisco e os seus se convertem, assim, em pregadores e evangelizadores. Este será um traço característico da vida franciscana, ao qual ambas as Regras dedicarão um tratamento explícito¹⁹. É itinerância, é simpatia pelo mundo²⁰, do qual não somente não se quer fugir, mas que é reconhecido como o próprio claustro²¹, é partilhar a vida dos pobres e daqueles “que se encontram à margem da estrada”²². Este modo de andar pelo mundo é uma maneira de restituir o dom do Evangelho recebido.

8.

Francisco e seus irmãos fazem opções que tornam concretas suas intuições. Optam por não tocar em dinheiro, porém não renunciam ao trabalho ou a cuidar dos leprosos; optam por não andar a cavalo, mas nem por isso deixam de ir pelo mundo; recusam decididamente os privilégios eclesiásticos, mas declaram-se sempre “súditos e sujeitos aos pés da santa Igreja”²³; optam por confiar-se à Providência para prover a seu sustento, mas precisamente por isso são livres “para comer o que lhes for servido”²⁴. Destas e de muitas outras maneiras, a primeira fraternidade aparece com um fraternidade profética, como uma fraternidade-sinal²⁵, que sabe ler os sinais dos tempos e encarnar o Evangelho de maneira concreta e compreensível para a cultura do próprio tempo.

9.

Da mesma maneira, torna-se visível a fantasia evangélica com a qual Francisco e seus irmãos sabem anunciar o Evangelho da paz.

18 *ICel* 29.

19 *Rnb* 14; *Rb* 3.

20 *Relatório do Ministro Geral* 17,6.

21 *Sacrum commercium* 63.

22 *Rnb* 9,2.

23 *Rb* 12,4.

24 *Id.*, 3,4.

25 *Relatório do Ministro Geral*, 31.

Basta recordar o modo com o qual consegue pacificar o Bispo e o Prefeito de Assis, inimigos ente si²⁶. Francisco age de maneira simples e inteligente: não entra no mérito das questões econômicas ou de poder que os tinham dividido nem pretende encontrar uma solução política para o conflito; convida-os simplesmente a escutarem o Cântico, cujas letra e música ele havia composto²⁷. Sua fantasia lhe sugere o modo de ajudá-los a resolver suas contendas, a partir do próprio dom. O que há de mais eficaz do que a música e o canto para tocar os afetos e falar ao coração? A lógica do dom²⁸ aparece claramente como alternativa à lógica do preço, da ganância, da utilidade e do poder, que dominavam no mundo de então, como no mundo de hoje.

10.

A exemplo de Francisco e de tantos irmãos de nossa história que souberam colocar seus dons ao serviço da Boa Nova²⁹, também nós nos sentimos chamados a acolher o Evangelho e a restituí-lo criativamente com a vida, com gestos concretos, mediante o exercício de nossos próprios dons. Queremos aprender a escutar a palavra de Jesus e a restituí-la aos homens e às mulheres de hoje no espírito do Evangelho³⁰, caminhando pelas estradas do mundo como irmãos menores evangelizadores, com o coração voltado para o Senhor.

26 LP 44 = CA 84.

27 LP 24 = CA 66.

28 Cf. *O Senhor nos fala no caminho* 19-25.

29 Cf. *Ep* 85.

30 Cf. *Mt* 25,40.

II.

RESTITUAMOS O DOM DO EVANGELHO

Durante os trabalhos capitulares, surgiram diversos temas que desejamos propor aos irmãos como possíveis caminhos de restituição.

Evangelização

11.

Em sua essência mais profunda, o Evangelho é um dom destinado a ser partilhado. O envio a evangelizar brota de suas próprias entranhas³¹, ao mesmo tempo que é uma exigência da fé. Uma autêntica experiência de Deus, de fato, nos põe em movimento, porque não é possível sentir o abraço infinito de um Deus loucamente enamorado, porque é amor e só amor, sem sentir ao mesmo tempo a necessidade urgente de partilhar esta experiência com os outros³². Em última análise, evangelizar é fazer a experiência de Emaús, colocando-se na estrada para fazer uma oferta de fé mediante um testemunho partilhado³³. Quem partilha restitui³⁴.

12.

Convém, porém, que sejamos autocríticos e nos perguntemos se o imobilismo e a instalação que ameaçam paralisar o dinamismo evangelizador não estariam falando de uma crise de fé que atinge alguns de nós. E talvez o nó da questão não seja tanto que não cremos, mas, muito mais, qual a idéia de Deus que temos colocado no centro da nossa fé. Será que não acentuamos com demasiada frequência, de modo unilateral, o lado monoteísta da nossa fé em detrimento de sua dimensão trinitária, onde se radica a sua originalidade? A pergunta é pertinente, porque o envio evangelizador só tem sentido a partir da fé num Deus que é Pai e que dos abismos de sua intimidade de comunhão e de amor envia seu Filho a anunciar e tornar presente a Boa Nova do seu Reino sob a

31 *Mt 28, 18-20; Mc 16, 14-20; Lc 24, 46-48; Jo 20, 21.*

32 *Cf. Jo 1, 35-42; IJo 1, 3.*

33 *O Senhor nos fala no caminho, 39-40 e 43-44.*

34 *Id. 19. Cf. Relatório do Ministro Geral, 19 c.*

ação do Espírito. Além disso, unicamente a partir deste pressuposto de fé podemos compreender que a missão evangelizadora seja essencialmente inerente à nossa vocação franciscana, já que todos a temos abraçado sob o sinal da fé trinitária: em louvor e glória da santíssima Trindade³⁵. Sobre o fundamento de uma fé e de uma espiritualidade trinitárias, podemos entrar na dinâmica da lógica do dom, que faz com que a riqueza dos dons que os irmãos trazem, junto com a diversidade dos contextos sociais, culturais e religiosos que nos desafiam, confere à missão da nossa Ordem o caráter de carismática, plural e diversa³⁶. Na centralidade que é devida a Deus trino como princípio integrador de nossas vidas, das fraternidades e dos dons dos irmãos, se coloca a esperança que anima a nossa missão evangelizadora³⁷.

Missão inter gentes:
Encarnados evangelicamente em nosso tempo.

13.

Outro caminho de restituição que o Capítulo enfatizou nesses dias é a chamada “missão *inter gentes*”³⁸, expressão que indica um modo de nos fazermos presentes lá onde o Senhor nos envia, como também uma atitude diante do mundo. Trata-se de um processo de inserção na realidade que nos faz descobrir a vida de nossos povos com toda a sua complexidade³⁹. A missão *inter gentes* supõe esta empatia com o mundo e é consequência e prolongamento do mistério da encarnação. Para anunciar a Boa Nova do Reino, o Verbo – o primeiro menor – se fez carne em um corpo humano e, por isso mesmo, se insere também em um tempo histórico, numa sociedade e numa cultura concretas, assumindo, assim, toda a condição humana, menos o pecado⁴⁰. Cristo é o paradigma de toda evangelização. Por isso, a encarnação real e efetiva do evangelizador na realidade sócio-cultural do povo é uma condição iniludível de sua missão.

35 CCGG 5,2.

36 *O Senhor nos fala no caminho*, 19-25. Citação 38.

37 *Id.* 27; 38.

38 *Relatório do Ministro Geral*, 16a, 25.

39 Cf. *Gaudium et spes*, 1.

40 *Jo* 1, 14; *Hb* 4, 15; *Fl* 2, 7-8. Cf. *Oração Eucarística IV*.

14.

Para alcançar esta desejada encarnação, é preciso “descentrarmos de nós mesmos”⁴¹, a exemplo do Filho de Deus, “que, sendo de divina condição, não se apegou à sua igualdade com Deus. Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo e tornando-se semelhante aos homens, apresentando-se, assim, como simples homem”⁴². A Ordem sente-se chamada a ser menos autorreferencial e a estar mais em tensão para o devir do mundo; a preocupar-se menos com o próprio futuro e mais com o destino da humanidade; a afanar-se não tanto em adequar suas estruturas internas, senão em adequar-se aos tempos que correm. Fenômenos como a interculturalidade, a reivindicação e defesa dos direitos humanos, a emergência e visibilidade de minorias de todo tipo; a crise do modelo econômico neoliberal que depauperava sempre mais os setores pobres das nossas populações, a destruição sem dó do meio-ambiente e os fenômenos migratórios são, entre outros, vozes que o Espírito nos lança e que pedem resposta. Cremos que o Espírito continua atuando, falando e manifestando-se tanto hoje como ontem.

15.

A missão *inter gentes* implica uma atitude de simpatia com o mundo como condição para entrar em diálogo com os homens e as mulheres de hoje e para a evangelização⁴³. Não se trata de acomodar-se ao mundo nem de suspender o juízo crítico com relação a ele. Trata-se muito mais de aprendermos a ser capazes de lançar um olhar positivo sobre os contextos e as culturas em que estamos imersos, descobrindo as oportunidades inéditas da graça que o Senhor nos oferece através dele⁴⁴. Vivemos um novo Kairós que Ele nos dá através do colapso dos anteriores paradigmas sociais, culturais e religiosos e do emergir dos novos que acompanha a mudança de época que estamos vivendo. Desta maneira, a missão evangelizadora se converte em caminho de

41 Cf. *Relatório do Ministro Geral*, 17c, 23c.

42 *Fl* 2, 6-7.

43 *Ib.* 17, 5.

44 *Id.* 29.

ida e volta que comporta dar, mas também receber, em atitude de diálogo⁴⁵.

16.

A missão *inter gentes* exprime-se também através da inculturação. Seduzidos por Cristo, a Palavra de Deus inculturada por excelência, também nós queremos aprender a encarnar a mensagem evangélica nos diversos contextos em que vivemos⁴⁶. Para que o Evangelho seja significativo, não temos que esperar que sejam os homens e as mulheres de hoje a esforçar-se para entender o que estamos procurando transmitir; compete a nós aprendermos a linguagem do mundo e seus códigos comunicativos para tornar inteligível a mensagem. “Tornei-me tudo para todos, a fim de salvar alguns a qualquer custo”, disse o Apóstolo. E acrescenta: “Tudo isso eu faço por causa do Evangelho, para me tornar participante dele”⁴⁷. A situação da Igreja no tempo de Francisco oferece uma lição: “prisoneira das suas estruturas feudais, ela perdera a capacidade de comunicar o Evangelho à sociedade de então. Perdera a linguagem da missão. O novo mundo se lhe escapava”⁴⁸.

17.

Uma das formas de evangelização *inter gentes* em que se encontram empenhados muitos irmãos é a chamada evangelização “tradicional”, que mantém sua validade e que, de nenhuma maneira, suprime ou se contrapõe às novas formas de evangelização.

Missão ad gentes

18.

A missão *inter gentes* encontra sua expressão plena e, de certo modo, seu complemento na missão *ad gentes*. Em várias ocasiões, o Capítulo manifestou por ela seu sincero apreço e sublinhou a importância deste elemento essencial de toda evangelização. A missão *ad gentes*, com efeito, põe em singular evidência o momento inicial da fé, que nasce

45 *Ib.* 17, 4.

46 *Ib.* 263.

47 *1Cor* 9, 22b-23.

48 *Relatório do Ministro Geral* 179a.

do anúncio do *kerygma* àqueles que ainda não conhecem o Evangelho, e chama à conversão. Pela fé anunciada e partilhada, o Espírito cria laços de comunhão, dos quais faz nascer a Igreja. Esta dinâmica missionária pertence essencialmente à sua fisionomia, obediente ao mandato de Jesus, que disse: “Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês”⁴⁹.

19.

Francisco e seus irmãos da primeira hora foram particularmente impactados pelos textos evangélicos do envio em missão dos discípulos⁵⁰, os quais inspiraram seu modo de andar pelo mundo, desprovidos de tudo o que lhes podia dar segurança⁵¹. Esta é uma característica típica da nossa tradição franciscana, e desde o princípio os irmãos tem sabido cruzar fronteiras para aventurar-se além dos confins da cristandade. A história da primeira fraternidade está marcada por missões do outro lado das montanhas, no norte da Europa, e além dos mares, nos caminhos do Oriente. É Francisco que suscita estas primeiras expedições depois do Capítulo de 1217, antes de colocar-se ele mesmo, dois anos mais tarde, a caminho do Oriente.

20.

Segundo a *Regra*, a missão não nasce da iniciativa humana, mas “por divina inspiração”⁵². Este é um elemento essencial para revitalizar hoje nossas missões *ad gentes*. Somente na docilidade ao Espírito, que sopra onde quer e como quer e que impulsiona a evangelizar, reencontraremos a força e o ardor missionários que, por vezes, parecem diminuir. A *Regra não bulada*, por sua parte, mostra aos frades dois modos de comportar-se: o testemunho silencioso, sujeitos a toda criatura humana por amor a Deus, e o anúncio explícito da sua Palavra com o convite à conversão, quando virem que isto agrada ao Senhor⁵³.

49 Mt 28, 19-20a.

50 AP 10-11; 2Cel 15.

51 Lc 9, 3.

52 Rb 12, 1.

53 Rnb 16, 5-7.

Trata-se de indicações preciosas que unem as características da missão *inter gentes* com as da missão *ad gentes*, numa síntese possibilitada pela docilidade ao Espírito. O anúncio explícito do Evangelho é o ponto de chegada de nosso modo minorítico de estarmos presentes no mundo, depois de um atento discernimento para descobrir quando “agrada ao Senhor”.

21.

Nesta atenção à missão *ad gentes*, o Capítulo incentivou a colaboração entre as diversas entidades numa perspectiva de intercâmbio recíproco entre aquelas mais jovens e as de mais antiga tradição. Hoje, a missão além das próprias fronteiras é um chamado a todos, e os movimentos migratórios em nível mundial propiciam uma nova aproximação à dimensão missionária.

Habitar as fronteiras

22.

O Evangelizador é alguém que continuamente atravessa fronteiras, pelo simples fato de ser enviado. Pode tratar-se de fronteiras geográficas, como acontece no caso das missões *ad gentes*, mas existem também outros tipos, e devemos aprender a atravessá-las. Vivemos em sociedades compartimentadas, onde às vezes as divisões se tornam demasiadamente rígidas, originando, assim, discriminações, exclusões e, em casos extremos, violência física, psíquica e ideológica. No atual contexto social, eclesial e mesmo na própria Ordem, algumas dessas divisões têm especial relevância e nos urge a exercermos nossa itinerância, atravessando fronteiras como as que existem entre homem/mulher, clérigo/leigo, rico/pobre, cultura/natureza, alma/corpo, cidadão/imigrante, oração/trabalho, Ordem/mundo, comunidade/sujeito individual. Evangelizar implica tornar porosos nossos limites para permitir o fluxo da intercomunhão e a intercomunicação. Novamente, só a fé e a espiritualidade trinitárias nos permitirão habitar as fissuras de um mundo fragmentado num esforço de integração e superar estas e outras dicotomias como cominho de restituição.

23.

Ao mesmo tempo, se dá o fenômeno da existência de outras fronteiras que se tornam imprecisas e delimitam cada vez menos. A globalização pode ser invocada como um exemplo paradigmático disso. Essa é um dos grandes paradoxos da nossa época: para uns, as fronteiras são fechadas, para outros, quase não existem. O fenômeno da imigração inscreve-se nessa dialética, especialmente quando se trata dos refugiados. Cada ano, são milhares aqueles que a miséria ou a violência expulsam de seus países, e não são poucos os que perecem no intento de encontrar os meios para satisfazer as necessidades mais elementares e de suas famílias. A itinerância dessas pessoas é pobre e minorítica. Nós, frades menores, podemos encontrar um espaço social no qual esses valores do nosso carisma estejam mais bem representados? Uma presença evangélica entre eles seria um sinal de restituição particularmente eloquente neste mundo onde somente o fluxo do dinheiro, bens e serviços encontram livre trânsito, mas não as pessoas, e menos ainda os pobres, sacramentos do Filho de Deus que “foi pobre e hóspede”⁵⁴. Em virtude da sua encarnação, o Verbo se põe do lado da periferia, da vulnerabilidade, da pobreza⁵⁵. Não queremos esquecer que “nossa minoridade, que tem como paradigma a de Cristo (cf. *Ft* 2, 6-11), deve traduzir-se em opções corajosas que nos ajudem a abandonar algumas situações sociais e eclesiais para assumir com maior decisão posições de fronteira da vida religiosa e habitar a marginalidade, como essência da nossa identidade franciscana”⁵⁶.

24.

Assistimos ao nascimento de um mundo, no qual surgem diversas sensibilidades que dividem o espaço comum: africana, asiática, latino-americana...; culturas e religiões, que até pouco tempo atrás eram majoritárias em certos âmbitos, começam a não sê-lo mais, enquanto outras vão surgindo e reafirmando seu direito a ser reconhecidas e a existir. Já não é mais necessário viajar milhares de quilômetros

54 *Rnb* 9, 5.

55 *2Fi* 4-5.

56 *Relatório do Ministro Geral*, 32b.

de distância para encontrarmos-nos com outras culturas e outras religiões. As oportunidades de dialogar com elas está ao alcance da mão. Formar-nos para o diálogo e restituir o Evangelho nestes meios é obra do Espírito⁵⁷, cuja ação não conhece fronteiras, pois é “o Espírito quem impulsiona a ir sempre além, não somente no sentido geográfico, mas também além das barreiras étnicas e religiosas, para uma missão verdadeiramente universal”⁵⁸.

Os leigos e a “evangelização partilhada”

25.

A missão evangelizadora pertence a toda a Igreja, não só aos ministros ordenados. Na diversidade de ministérios, todos os cristãos são chamados a responder à Palavra do Senhor que envia a anunciar a Boa Nova do Reino. Uma correta concepção da Igreja reconhece na comum condição batismal o fundamento dos diversos carismas e ministérios. Por estes motivos, nós, frades menores, nos sentimos chamados a promover a evangelização partilhada com os leigos, como uma ação de autêntica restituição do Evangelho, dom de Deus para toda sua Igreja. Deste modo, os leigos exercem seu direito e seu dever de participar “na conservação, no exercício e na profissão da fé recebida⁵⁹. O leigo é evangelizador por direito próprio, não por uma graciosa concessão nem muito menos a título de suplência para socorrer nossas carências de pessoal. Daí que devemos entrar em uma “conversão eclesiológica” que nos faça superar a mentalidade clerical que ainda prevalece entre alguns irmãos. Um modelo de Igreja que se baseasse unicamente no sacerdote e no missionário clérigo não permitiria uma evangelização partilhada, pois esta implica a disposição a renunciar a certas seguranças e a ceder espaços de poder e de protagonismo. Por isso, esta restituição seria um sinal concreto do Espírito, e a nós, frades menores, corresponde a tarefa de ser inventores proféticos de sinais⁶⁰.

57 Rb 12, 1.

58 *Redemptoris missio* 25. Cf. n° 30.

59 *Dei Verbum* 10.

60 *Relatório do Ministro Geral*, 30.

26.

Nossa Ordem, formada por irmãos clérigos e irmãos leigos, compreende e valoriza o dom da vocação religiosa laical. Consideramos útil recordar algumas orientações surgidas no Capítulo a este propósito.

Recordou-se que em algumas “regiões” da Ordem (...) ainda se vivem situações de discriminação no que se refere a oportunidades de formação, que, segundo a nossa legislação, devem ser as mesmas para todos e que o modo de exercer os nossos ministérios nem sempre favorece a participação ativa dos frades leigos na missão evangelizadora⁶¹. Sobre este particular, reafirmamos a exigência de uma formação única para todos, que seja, porém, respeitosa do dom de cada irmão e das diversas vocações que o Espírito suscita. É preciso que todos os nossos candidatos se formem para evangelizar, não para exercer um só modelo de evangelização. Neste mesmo teor, convém perguntar-nos se o clericalismo na Ordem não se deve, em parte e em alguns casos, às nossas estruturas formativas vigentes, que fazem com que alguns formandos com vocação laical acabem ordenando-se, simplesmente porque não encontram outros espaços com outras dinâmicas formativas fora do *cursus* clerical.

Aplaudimos os esforços feitos nestes últimos anos pelo governo da Ordem por seguir insistindo junto à Santa Sé para que nos reconheça como uma fraternidade mixta⁶². Entretanto, esta mudança do status canônico que todos desejamos deverá vir acompanhado pela mudança da práxis fraterna.

Projeto fraterno de vida e missão

27.

Nenhum projeto de evangelização é iniciativa ou patrimônio pessoal de ninguém; é sempre a fraternidade que evangeliza. O cuidado mútuo dos irmãos que, à semelhança da comunidade trinitária, se

61 *Relatório do Ministro Geral 137b.*

62 *Relatório do Ministro Geral 137c.*

dão uns aos outros, exige cultivar uma especial atenção à qualidade de vida fraterna. Uma parte importante do serviço de animação dos Ministros e Guardiães é a busca de meios para recriar a comunhão, a intercomunicação e a transparência e verdade nas relações dos irmãos entre si.

28.

A vida tocada pelo dinamismo do Evangelho converte-se em paixão transbordante pelo Reino. É preciso dar forma à vida para não perder os frutos daquilo que o Senhor semeou. Mantemos, portanto, nossa convicção de que é necessário que as fraternidades e as entidades entrem na cultura do projeto fraterno de vida e missão. O que nos move a isso não é, antes de tudo, uma preocupação pela eficácia operativa, mas a necessidade de integrar o conjunto de nossa vida e de estabelecer nela os critérios que direcionem nossas decisões. Nestes últimos anos, temos trabalhado sobre as prioridades de nossa vida; afirmamos a convicção de que entre elas e a missão evangelizadora tem que existir uma dinâmica circular de mútua alimentação dentro da qual se inscrevem nossos projetos.

Nesta ampla perspectiva, a evangelização se apresenta como o horizonte de todo o caminho de conversão do irmão menor e, portanto, da formação permanente. A missão evangelizadora não é simplesmente a dimensão “externa” de nossa vida. De fato, *a própria vida consagrada, sob a ação do Espírito Santo que está na origem de toda vocação e carisma, se faz missão, como o foi a vida de Jesus*⁶³.

29.

É necessária também a sensibilidade social para que o contato com a realidade, lida com as ferramentas críticas das ciências sociais e discernida com os olhos da fé, nos sugira o projeto que Deus nos pede. Não podemos viver de costas para os acontecimentos do mundo, especialmente nestes tempos, nos quais a cultura pós-moderna, com sua gama de oportunidades, mas também de incertezas, desencanto e ceticismo, nos apresenta tantos desafios. A Ordem optou por

63 *Vita consecrata* 72, citada em *Fostes chamados à liberdade* 20.

acompanhá-lo no caminho, não como quem tem nas mãos as respostas às perguntas que se fazem, mas porque, em condição de igualdade com nossos irmãos e irmãs, os homens e mulheres deste tempo, somos mendicantes de sentido⁶⁴. Seremos consequentes com esta opção? Não se pode elaborar, portanto, um projeto fraterno de vida e missão evangelizadora sem uma consciência social. Por isso, antes de sermos tomados pela obsessão de adequar nossas estruturas, deveríamos começar por *ler atentamente os sinais dos tempos e dos lugares*⁶⁵ e deixarmo-nos interpelar por eles.

30.

A espiritualidade que alimenta nossa vida e missão evangelizadora nunca é alheia à vida de nossos povos e ao que a afeta. A chamada justiça ambiental, a não-violência ativa, os refugiados, os imigrantes, os sem-terra, as minorias étnicas, o uso ético e solidário dos recursos financeiros ou a epidemia do HIV-AIDS são realidades, entre outras tantas, que precisam ser levadas para a oração e discernidas em nossa prática cotidiana da leitura orante da Palavra de Deus. Os valores da justiça, da paz e da integridade da criação, que são valores enraizados no Evangelho, devem fazer-se naturalmente presentes em nossa vida de oração e devoção e, da mesma maneira, na vida cotidiana e no exercício de nossos ministérios. Somos chamados a construir pontes de diálogo, de encontro, de reconciliação e de paz; a ser mensageiros da cultura da vida em todas as etapas de seu desenvolvimento; a ser, enfim, guardiães da esperança.

31.

O “redimensionamento” das presenças e das entidades, que costuma implicar em fechamentos e fusões para umas e para outras, é parte das revisões e reestruturações. Formam um processo doloroso, no qual, no entanto, somos chamados a descobrir um momento de graça pascal para tentar re-significar-nos de uma maneira mais simples e mais vulnerável, mas também mais profética e certamente minorítica, lá onde estamos. Em nossa Ordem, esta é uma realidade que se torna cada vez mais

64 *O Senhor nos fala no caminho* 6.

65 *Relatório do Ministro Geral* 184.

visível e que representa uma oportunidade excepcional de superar a mentalidade provincialista e de fomentar a interprovincialidade e o sentido de pertença às Conferências e à Ordem.

CONCLUSÃO

32.

Chegando ao final deste encontro fraterno, não podemos deixar de render graças ao Senhor por todos os bens que nos concedeu durante o mesmo, assim como o fez já antes, nos oito séculos de história da Ordem, e seguramente continuará fazendo até o fim. Graças por tantos irmãos que ao longo dos séculos semearam a semente do Reino no mundo, às vezes com o testemunho silencioso de suas vidas, às vezes com o anúncio explícito do Evangelho. Graças pelo testemunho supremo de fé que deram os inúmeros mártires de nossa Ordem. Graças por todos aqueles que hoje continuam trabalhando pelo Reino com generosidade, imaginação e criatividade nas missões *ad gentes*, na Terra Santa, na África, no extremo Oriente, nas formas tradicionais de pastoral e nas presenças evangelizadoras nos lugares de fratura. Graças também por nossas Irmãs Pobres, por nossos irmãos e irmãs da Ordem Franciscana Secular e da Juventude Franciscana e por tantos outros leigos e leigas que compartilham conosco a paixão do ideal franciscano. Por fim, graças pelos sonhos de tantos irmãos de hoje, uns cheios de utopias, outros sofredores, mas todos grávidos de futuro. Com o coração agradecido reconhecemos a permanente ação do Espírito do Senhor, verdadeiro Ministro geral da Ordem, que nos acompanha e nos conduz pelos caminhos do mundo para anunciar a Boa Nova do Reino do Pai, do jeito como fez o Filho.

33.

Durante o Capítulo, celebramos a vigília de Pentecostes em Santa Maria dos Anjos, reunidos todos na esplanada da basílica em torno a um grande feixe de galhos secos. Em um dado momento da celebração, acendeu-se a lenha com uma pequena chama oriunda do círio pascal, símbolo do Cristo ressuscitado. Rapidamente o feixe se transformou numa fogueira. Para que haja fogo, é necessária uma matéria combustível, pois o fogo não é senão a energia interna da matéria liberada em forma de luz e calor. A pira que ardia naquele

momento falava-nos em sua linguagem simbólica que não existe nada nem ninguém que, por seco ou morto que pareça – como seco e morto estava aquele monte de brasas da lenha – que, tocado pelo Espírito, não seja capaz de dar de si mesmo energia, luz e calor. A ação do Espírito consiste principalmente em liberar as potencialidades internas das pessoas e das circunstâncias. Pentecostes é deixarmo-nos surpreender pelo dinamismo insuspeitável que mora em nós e nos coloca em ação. Só falta uma faísca para desencadeá-lo, uma chama minúscula como aquela do círio: a chama do Ressuscitado. Do resto, o próprio Espírito se encarrega.

Com Pentecostes deixamos para trás o tempo pascal, não porque seja um ponto e detalhe litúrgico para passar a outro tema – o tempo comum –, mas porque é a ponte que faz o contato do Ressuscitado com a vida cotidiana daqueles que nele creem. Pentecostes é deixar-se incendiar pelo Espírito com o fogo da Páscoa no dia-a-dia, tão comum e tão corriqueiro, de nossas vidas. Por isso, Francisco queria que o Capítulo geral fosse celebrado por ocasião de Pentecostes, e assim o fizemos.

*Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, como era no princípio, agora e sempre. Amém!*⁶⁶

66 Cf. *RnB* 24, 5.



DECISÕES DO CAPÍTULO GERAL 2009



DOCUMENTO DO CAPÍTULO GERAL
DA ORDEM DOS FRADES MENORES
ASSIS, PENTECOSTES DE 2009



A fantasia criativa para encarnar no próprio contexto o Evangelho com gestos e ações inéditas, que caracterizou Francisco e os irmãos da primeira hora, é hoje, mais que nunca, uma exigência iniludível para o irmão menor. O Capítulo geral extraordinário de 2006 assinalou com toda clareza que estamos assistindo a uma mudança de época, na qual vemos emergir *novos paradigmas e categorias que implicam uma séria revisão de nossa missão e a coragem de ensaiar caminhos inéditos de presença e testemunho*⁶⁷. O próprio Capítulo nos convida a entrarmos em *um discernimento permanente e uma avaliação constante da nossa vida e das nossas escolhas práticas, no seio da nossa fraternidade e no diálogo constante com os leigos*⁶⁸. No espírito da primazia da práxis, queremos oferecer, a seguir, aos irmãos e às entidades as decisões do Capítulo de 2009.

I. ANIMAÇÃO DA VIDA DA ORDEM

Definitório Geral

● *As Prioridades*

1. O Capítulo geral pede que o Ministro geral, com o seu Definitório, reproponha as Prioridades em chave de missão e na perspectiva de abertura ao mundo, para que continuem sendo os valores fundamentais de referência na animação da nossa vida e missão nos próximos anos.

● *Identidade franciscana*

2. O Definitório geral, através do SGME (Secretariado Geral para as Missões e a Evangelização) e do SGFE (Secretariado Geral de Formação e Estudos), aprofunde o tema da identidade franciscana e da participação na missão evangelizadora dos irmãos sacerdotes e leigos. Se for oportuno, em colaboração com as diversas Conferências, organize encontros em nível continental sobre estes temas.

67 *O Senhor nos fala no caminho*, 33.

68 *O Senhor nos fala no caminho*, 35.

● *Encontros*

3. A cada ano, o Ministro geral continue a convocar os novos Ministros provinciais, os Visitadores gerais e os Presidentes das Conferências para um encontro com o Definitório geral, revendo a duração desses encontros e a metodologia, para que respondam melhor aos seguintes objetivos: conhecimento recíproco, informação, formação e colaboração com o Ministro geral e o Definitório geral.

4. Para suscitar um diálogo profundo e promover a comunhão fraterna, o Ministro geral e o seu Definitório continuem a reunir-se com cada Conferência ou com grupos de Conferências pelo menos uma vez no sexênio, revendo a metodologia seguida até agora.

5. Cada Definidor geral participe regularmente, na própria região, das reuniões da Conferência – ou das Conferências da região – que lhe foi confiada, para acompanhá-la mais de perto.

Entidades

● *As prioridades*

6. Cada Entidade assuma a responsabilidade de encontrar uma metodologia própria ou um processo para estudar, aprofundar e colocar em prática as *Prioridades*.

● *Projeto de vida fraterna*

7. Os Ministros com o Definitório acompanhem cada fraternidade na elaboração do projeto de vida fraterna à luz das linhas emanadas deste Capítulo.

● *Formação para os guardiães e outros setores de animação*

8. As Conferências e – onde isto não for possível por causa das distâncias ou da diversidade linguística – as Províncias elaborem um projeto de animação/formação para os Guardiães e os Responsáveis dos outros setores de animação da Entidade. Este projeto seja apresentado ao Definitório geral e à Conferência dos Presidentes.

● *Escolas de oração*

9. Crie-se, em cada Entidade ou em nível interprovincial, pelo menos uma Casa de acolhimento e de partilha, na qual a vida de oração seja vivida como manifesta prioridade, de modo que possa tornar-se “escola de oração” para os frades e para os leigos e como forma de evangelização. O Definitório geral providencie subsídios no estilo franciscano para a animação destas “escolas”.

● *Moratorium*

10. Nos próximos três anos (2010-2012), todas as Entidades da Ordem empreendam um processo de reflexão e de discernimento. A reflexão e o discernimento sejam feitos a partir das seguintes perguntas: Onde nos encontramos? Para onde queremos caminhar? Para onde o Espírito nos impele, tendo presente a nossa realidade (fraquezas e potencialidades), as sugestões da Igreja, os últimos documentos da Ordem e os sinais dos tempos? Opções a tomar no futuro próximo.

● *Período de formação permanente*

11. O Ministro provincial deveria encorajar todos os frades, no momento adequado, por exemplo, por ocasião do 25º ano de profissão solene, a interromperem as suas atividades normais e a participarem de um programa ou período de formação permanente, de duração de pelo menos seis meses. Esta experiência poderia ser organizada pela Entidade, pela Conferência ou pela Ordem.

● *Leitura orante da palavra*

12. Cada Entidade insira na vida das fraternidades encontros periódicos dedicados à leitura orante da Palavra (cf. CCGG 22 §1).

II. MISSÃO EVANGELIZADORA

1. Animação da missão evangelizadora

Definitório Geral

● *Evangelização em chave franciscana*

13. O Capítulo geral 2009 pede ao Ministro geral com o seu Definitório e aos Ministros provinciais com os seus Definitórios que promovam uma missão evangelizadora claramente franciscana, sublinhando em particular que:

- seja sustentada por uma forte experiência de Deus;
- seja feita em fraternidade e com o testemunho da vida fraterna;
- tenha o caráter de *inter gentes*, de itinerância, de presença em regiões desconhecidas, difíceis, cheias de riscos e de proximidade aos mais pobres, sofredores, excluídos;
- se abra à participação ativa dos leigos e da Família Franciscana;
- se crie, onde for possível, uma Fraternidade que responda às exigências da nova evangelização, em comunhão com a Igreja local.

● *Estudo sobre a situação da Ordem*

14. Com a finalidade de sugerir estratégias de intervenção sobre a evangelização, o Definitório geral promova um estudo interdisciplinar sobre a situação da Ordem, constituindo uma comissão em nível central que coordene o trabalho com comissões constituídas em nível de Conferências e valendo-se de peritos.

2. Formação para a missão evangelizadora

Definitório geral

15. O Ministro geral e o seu Definitório, bem como os Ministros provinciais e Custódios, acompanhem o discernimento e assegurem a formação dos futuros missionários e a formação permanente daqueles que há anos estão em território de missão.

16. O Ministro geral e seu Definitório verifiquem cuidadosamente o curso de formação missionária de Bruxelas e elaborem linhas diretrizes em preparação para a missão, válidas para toda a Ordem.

Entidades e Conferências

17. As Entidades e as Conferências promovam na formação inicial e permanente o tema da evangelização e da missão *ad gentes*, seja em nível teórico seja em nível experiencial. Para conseguir este objetivo, será necessário:

- Rever nas Entidades os programas de formação permanente e inicial à luz da prioridade da evangelização e missão, também através de experiências concretas, tanto na Entidade como na Conferência e na Ordem, garantindo uma adequada preparação, o atento acompanhamento e a avaliação.
- Motivar os candidatos durante a formação inicial para a evangelização e para a missão no estilo franciscano, como “frades do povo”, partilhando, na medida do possível, a vida dos pobres do nosso tempo.
- Encaminhar laboratórios de formação para a evangelização e a missão *inter gentes* e *ad gentes* em nível de Conferências e/ou de Entidade. Estejam abertos aos Secretários para as missões e a evangelização, aos frades de formação permanente e inicial, bem como aos leigos, e tenham modalidades e tempos adaptados aos diversos lugares e culturas.
- Preparar e formar os frades para um melhor serviço ao Evangelho no campo dos meios de comunicação social, encaminhando-os, sobretudo, ao uso responsável da *Internet*.

18. Os Ministros e os Custódios promovam e desenvolvam durante o período de formação inicial, em nível provincial e custodial, a dimensão missionária e as experiências formativas missionárias.

3. Formas e presenças missionárias

● *Âmbitos de evangelização*

19. No empenho para atualizar as formas ordinárias de evangelização, conduzidas segundo o nosso carisma em fraternidade e minoridade e com a colaboração da Família franciscana, seja dada atenção particular aos seguintes âmbitos: serviço paroquial; santuários e igrejas conventuais; pregações e missões populares e outras formas de pastoral tradicional (hospitais, cárceres, imigrantes, escolas e universidades).

● *Novas formas de evangelização*

20. Sem descuidar das atividades de evangelização ordinária, privilegiem-se as novas iniciativas. Para favorecer a dimensão missionária e evangelizadora, com uma atenção particular aos lugares de fronteira e com novas formas de evangelização itinerante e de Fraternidades “inseridas”, o Definitório geral, com o envolvimento das respectivas Conferências, promova itinerários formativos tipicamente franciscanos para frades e leigos juntos.

● *Terra Santa*

21. Tendo-se presente o que foi afirmado pelas Constituições e pelos Estatutos gerais, o Ministro geral e o Definitório continuem a estimular todas as Entidades, para que estas colaborem na missão evangelizadora da Terra Santa, que consideramos a missão internacional mais importante da Ordem. Cada Entidade colabore, enviando aqueles Frades que desejam oferecer um período de serviço na Custódia da Terra Santa para o desenvolvimento da missão evangelizadora iniciada pelo próprio São Francisco.

● *Marrocos*

22. Tendo-se presente o que dizem as Constituições gerais (cf. CCGG 95 § 3), o Ministro geral e o Definitório continuem a estimular todas as Entidades, para que colaborem, mediante o envio de frades, com a missão em Marrocos, que consideramos a missão originária da Ordem, iniciada com o testemunho dos primeiros mártires.

● *África*

23. O Ministro geral e o seu Definitório estimulem todas as Entidades a colaborarem, através do sustento econômico e do envio de pessoal, com os frades da África, onde se prevê um crescimento significativo para a Ordem, e encorajem as Entidades da África para que sejam missionárias em seu Continente.

● *Amazônia*

24. No VIII centenário da fundação de nossa Ordem, o Capítulo geral escolhe, como sinal de profecia evangélica, empenhar-se num projeto integral na Amazônia.

- Este projeto tenha presente: a força humanizadora do Evangelho, a salvaguarda e a integridade da criação e a defesa e a promoção das culturas autóctones.
- Na realização deste projeto, assumam-se três compromissos hos concretos:
 1. apoiar e reforçar as presenças já existentes a partir do século XVI (vicariados e custódias);
 2. criar novas fraternidades interprovinciais;
 3. criar uma rede de solidariedade em nível de toda a Ordem, da família franciscana e de outros grupos.
- O Capítulo geral confia este projeto ao Governo geral da Ordem, a fim de que o realize conjuntamente com o SGME, o Escritório JPIC, a UCLAF e, especialmente com as Entidades que vivem e levam adiante a sua missão.

● *Ásia*

25. Considerando a possibilidade de crescimento da Ordem na Ásia e a antiga tradição de missão franciscana naquele continente, o Capítulo assume o projeto de novas aberturas e presenças missionárias na Ásia (por exemplo, no Laos e Cambodja), com a participação dos Frades das Conferências EAC e SAAOC, a abertura internacional e o acompanhamento do Definitório geral.

● *Europa*

26. No contexto de forte secularização, que caracteriza a Europa, se elabore um *Projeto Europa*, caracterizado pela internacionalidade

e interprovincialidade, com o objetivo de dar vida a novas formas de evangelização.

27. Que se reforce um projeto para os países do território da Europa do Leste, particularmente a presença franciscana na Igreja greco-católica na Ucrânia.

4. Serviço para o diálogo

● *Missão evangelizadora e diálogo*

28. O Capítulo geral de 2009 pede que em todas as Entidades da Ordem o Serviço para o Diálogo se realize no interior do SGME com o escopo de animar o diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural, como um aspecto fundamental da nossa vida e da nossa missão evangelizadora.

● *Espírito de Assis*

29. O Capítulo geral 2009 pede que, por ocasião do 25º aniversário do Espírito de Assis (27 de outubro de 2011), cada Entidade, em colaboração com toda a Família Franciscana, promova uma ou mais iniciativas concretas de diálogo com grupos de outra religião ou cultura presentes no seu território.

5. Colaboração em nível de missão evangelizadora

Entidades e Conferências

● *Colaboração nos projetos missionários*

30. O Capítulo geral pede às Conferências e às Entidades que enfrentem com maior dinamismo a nossa missionariedade local e individuem projetos de evangelização e missão, de modo que duas ou mais Entidades de uma Conferência possam partilhar pessoal e recursos no apoio a tais projetos.

● *Colaboração com os leigos*

31. Os Frades, onde vivem, reforcem a colaboração e o diálogo

com os leigos em vista de uma evangelização comum do mundo, preparando, juntamente com eles, programas de formação e animação inspirados nos documentos da Igreja e da Ordem.

● *Colaboração entre os diversos Serviços*

32. O Capítulo geral propõe aprofundar e por em prática no próximo sexênio a colaboração e os processos interativos entre os Secretariados, os Escritórios e as Comissões, coordenados pelo Definitório, tanto geral como provincial, para favorecer a nossa vida e a nossa missão evangelizadora.

III. FORMAÇÃO E ESTUDOS

1. Formação

● *Formação permanente*

33. O Capítulo reafirma a importância da formação permanente como parte da experiência ordinária e cotidiana de todos os frades e não somente como possibilidade de experiências periódicas; e pede que a promovam em cada nível da Ordem e em cada oportunidade que se apresente. Isto implica também valorizar os documentos da Ordem sobre a formação permanente, a responsabilidade pessoal no desenvolvimento de um plano ou projeto de vida pessoal, a importância do papel do Guardião na animação dos frades, com uma avaliação regular do nosso progresso.

● *Documentos para a formação*

34. Tendo a Ordem já bons documentos para a formação, no próximo sexênio se realize uma dinâmica de releitura, assimilação e atuação do espírito destes documentos.

Definitório geral

● *RFF-RS*

35. O Definitório geral promova, através do SGFE, a avaliação da recepção da *Ratio Formationis Franciscanae* e da *Ratio Studiorum*

OFM e o seu conhecimento e aplicação nas Entidades, através da colaboração com as Conferências. À luz deste percurso, se avalie a possibilidade de uma eventual atualização da RFF, particularmente nos seguintes pontos:

- a) os conselhos evangélicos e a vida sacramental;
- b) a formação franciscana dos frades que aspiram ao ministério presbiteral;
- c) a formação permanente para acompanhar os que estão empenhados durante muitos anos no ministério pastoral, com a finalidade de consolidar a sua identidade franciscana.

● *Encontros de formação*

36. O Definitório geral promova, através do SGFE, a organização de encontros em nível de Conferências ou continentes para:

- a) os Formadores dos professos temporários, dada a importância desta etapa;
- b) os Formadores do Cuidado Pastoral para as Vocações e do Postulante, para aprofundarem o tema do discernimento da maturidade humana e cristã.

Entidades e Conferências

● *Casas internacionais e interculturais de formação*

37. À luz das realidades já existentes na Ordem, reconhece-se a importância de favorecer a presença de algumas Casas de formação inicial e de estudo para regiões geográficas, abertas a frades de diversas Entidades e Países, para favorecerem uma formação à internacionalidade, à interculturalidade e à missionariedade.

2. Centros de estudo

Definitório geral

● *PUA e Jerusalém*

38. O Definitório geral prossiga a colaboração com a PUA (Pontifícia Universidade Antiniana) e a Faculdade de Ciências

Bíblicas de Jerusalém, para que seja garantida uma sempre melhor qualidade acadêmica. As Províncias e as Custódias mostrem um interesse especial para estes Centros, assegurando também frades adequados para a pesquisa e o ensino.

● *Patrimônio cultural da Ordem*

39. O Capítulo geral recomenda que se intensifique a proposta cultural e teológica na Ordem, valorizando sobretudo os nossos Centros de estudo e de pesquisa e encaminhando mais frades aos estudos de especialização. Chama-se particular atenção para a urgência de encontrar e preparar, tanto entre os frades como entre os leigos, pesquisadores para a Comissão Scotista e o Colégio Santo Isidoro de Roma, de maneira a assegurar a continuidade.

● *SGFE*

40. Com o fim de poder elaborar as linhas de um pensamento franciscano em diálogo com os questionamentos e as culturas do nosso tempo e que esteja a serviço da qualidade evangelizadora da nossa vida, o SGFE facilite a troca de experiências acadêmicas entre as existentes na Ordem e na Família Franciscana com as de outras realidades, favorecendo a colaboração com leigos atentos à tradição intelectual franciscana.

Entidades

41. Os Ministros e os Custódios favoreçam a participação dos frades no Master para a formação dos formadores na PUA e no FISC de Canterbury, no curso de JPIC na PUA e no Master de Evangelização do ITF de Petrópolis (Brasil).

3. Arquivos

Definitório geral

42. O Definitório geral, através do arquivista da Cúria, organize um Encontro internacional dos arquivistas da OFM com a finalidade de:

- a) promover uma troca de documentação entre os Arquivos provinciais e custodiais e o Arquivo da Cúria geral;
- b) favorecer a formação profissional dos arquivistas para a conservação do patrimônio documental da Ordem;
- c) promover a colaboração de leigos neste tipo de trabalho.

IV. JUSTIÇA, PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO

Entidades

● *Prioridades no campo do JPIC para o próximo sexênio*

43. No próximo sexênio (2009-2015) e com a ajuda do Escritório da JPIC, todas as Entidades da Ordem se empenhem a:

- a) Promover na formação inicial e permanente os valores da nossa espiritualidade franciscana sublinhados pelo JPIC.
- b) Examinar o impacto do nosso estilo de vida sobre a criação, especialmente no que diz respeito à mudança climática, e promover a justiça ambiental para colocar em relevo a relação entre as temáticas sociais e as ecológicas (cf. projetos específicos na Amazônia, África e Indonésia).
- c) Promover a não-violência ativa na nossa vida, com uma particular atenção à solução dos conflitos.
- d) Dedicar especial atenção aos excluídos pelas nossas sociedades, segundo a situação de cada Entidade, empenhando-se particularmente na defesa e promoção dos direitos humanos.
- e) Considerar e promover o uso ético dos recursos econômicos e naturais na vida dos Frades, no seu ministério e na sociedade.

● *Curso de JPIC*

44. O Capítulo geral pede que se dê continuidade ao curso de JPIC na PUA e recomenda que se organizem cursos semelhantes em todos os Institutos de Estudos superiores.

V. GOVERNO DA ORDEM

Definitório geral

● *Estudo sobre o Governo da Ordem*

45. O Capítulo geral de 2009 dá mandato ao Definitório geral de conduzir um estudo aprofundado de toda a problemática relativa ao governo da Ordem, valendo-se de uma Comissão internacional que envolverá as Entidades e as Conferências e prestará contas de todas as observações oferecidas no Capítulo geral de 2009. Esta Comissão deverá completar o seu trabalho até janeiro de 2012. Os resultados serão depois discutidos no curso do próximo Conselho Plenário da Ordem (CPO), com base no Art. 194 § 3 das CCGG. O CPO redigirá normas relativas ao número e ao método de eleição dos Definidores gerais, que entrarão em vigor, *ad experimentum*, no Capítulo geral de 2015.

● *CPO*

46. O Capítulo geral determina o que segue:

- a) Durante este sexênio, se celebre o Conselho plenário da Ordem e se realize, segundo o artigo 138 dos Estatutos Gerais, na data e no lugar determinados pelo Ministro geral com o consenso do seu Definitório.
- b) Este Capítulo geral derroga a norma do artigo 143 §1 dos EEGG, deixando ao CPO a determinação do número e do método de eleição dos Definidores gerais a serem eleitos no Capítulo geral de 2015, à luz do aprofundado estudo de toda a problemática de todo o setor que diz respeito ao Governo da Ordem, estudo que será empreendido pelo Ministro geral e pelo Definitório.
- c) Este Capítulo geral, segundo o Artigo 195 §1 das CCGG, concede ao Conselho plenário da Ordem, que será celebrado o sexênio, voz deliberativa no que concerne a esta matéria.

● *Redimensionamento e reestruturação*

47. O Capítulo geral pede ao Ministro geral com o seu Definitório que continue a estudar o tema do redimensionamento e da re-estruturação das Províncias, esclarecendo objetivos, métodos e tipologias e que

ofereça linhas diretrizes para o acompanhamento destes processos na perspectiva de dar maior dinamismo à vida evangélica e misionária.

● *Estudo sobre os abandonos*

48. O Definitório geral estude as causas e as motivações das saídas, dando orientações sobre como se pode intervir.

Entidades

● *Antecipação ou adiamento dos Capítulos*

49. Com o fim de garantir uma adequada preparação tanto do Capítulo geral como dos Capítulos provinciais e custodiais, nos seis meses que precedem e nos sucessivos à celebração do Capítulo geral não sejam celebrados Capítulos Provinciais ou Custodiais. As Entidades que por este motivo devem antecipar ou adiar a celebração do Capítulo com relação ao término trienal o façam segundo a norma dos EEGG Artigo 159 §1: *“O Presidente do Capítulo, por justa causa e tendo ouvido o Definitório, pode adiar-lo ou antecipá-lo por três meses sobre o término trienal. Para adiar ou antecipar o Capítulo provincial por mais de três meses, requer-se também a permissão do Ministro geral”*.

● *Presenças em outros territórios*

50. Para ajudar a justa inserção de presenças em Entidades diferentes das próprias, o Capítulo geral pede que os Ministros provinciais e os Custódios interessados, tendo atenta visão destas presenças e em espírito de fraterna colaboração, regularizem a situação segundo as indicações da nossa legislação (EEGG Art. 123 §2 e 238). O Definitório geral acompanhe o desenvolvimento deste percurso, tendo presentes as situações concretas. Para o futuro, que se atenha às disposições legislativas dos Estatutos Gerais.

VI. ECONOMIA

Definitório geral

● *Transparência econômica*

51. O Ministro geral e o seu Definitório devem continuar a promover uma política de transparência econômica entre si, com a Cúria geral e com todas as Entidades da Ordem. A verificação externa regular, conduzida por uma companhia competente, deve ser continuada junto ao Economato geral e encorajada em todas as Entidades como instrumento chave no esforço de alcançar a transparência.

● *Fontes alternativas de financiamento*

52. O Ministro geral e o seu Definitório, com a ajuda do Economato geral e de peritos externos idôneos, devem continuar a desenvolver fontes alternativas de entrada para constituir fundos econômicos em condições de assegurar a manutenção das estruturas necessárias, isto é, o serviço de animação em nível geral, o sustento dos projetos missionários da Ordem, o sustento das Casas dependentes do Ministro geral e para ajudar as Entidades que têm necessidade nos setores de formação, dos estudos e da saúde.

● *Fund Raising*

53. O Definitório geral, por intermédio de peritos externos idôneos, reveja e estude a estrutura do Escritório geral para o Desenvolvimento.

● *Formação no campo econômico*

54. O Definitório geral, através da consulta do Economato geral e das Conferências, prepare um plano para a formação inicial e permanente que eduque as Entidades da Ordem para os temas da transparência, da solidariedade e da ética no que diz respeito à economia, à luz da nossa espiritualidade franciscana.

Economato geral

● *Promptuarium*

55. Durante o sexênio, o Economato geral prepare um *Promptuarium* próprio que traga as linhas diretrizes essenciais para as Entidades no que diz respeito às suas relações com o Economato geral em temas de economia.

Entidades

● *Fundo para o Secretariado geral para as Missões e a Evangelização*

56. O presente Capítulo geral decide que a obrigação recordada pelos EEGG 68 §2 deve ser cumprida através de uma estrutura baseada sobre as atuais “faixas” usadas para a “contribuição de solidariedade”.

57. Em espírito de solidariedade fraterna, os Ministros provinciais e os Custódios potencializem de modo consistente o fundo econômico geral para as missões, com a ajuda do Escritório para o desenvolvimento (*Fund Raising*) da Cúria geral.

● *Fundo para a Formação e os Estudos*

57. O Capítulo geral propõe que o Fundo para a Formação e os Estudos deve continuar e deve ser sustentado por todas as Entidades.

● *Percentual sobre vendas*

59. O percentual sobre todas as vendas das propriedades nas Entidades da Ordem para a manutenção das Casas dependentes do Ministro geral deve permanecer em 1%.

● *Relatório do Ecônomo geral para o Capítulo*

60. O relatório do Ecônomo geral seja apresentado ao Capítulo antes das eleições o novo Governo geral.

● *Sistema de revisão das contribuições para o SGME e para o SGFE*

61. O Definitório geral constitua uma Comissão internacional

composta por frades peritos em matéria econômica, pelos componentes do SGME e do SGFE e pelo Ecônomo geral para estudar em profundidade como reforçar o sistema das contribuições para o SGME e para o SGFE. O Capítulo geral delega o Definitório geral e os Presidentes das Conferências para a aprovação dos resultados deste estudo e para a sua eventual entrada em vigor.

“...O Capítulo quis oferecer aos Frades um documento de caráter inspiracional. Não é, portanto, um diagnóstico da situação atual de nossa Ordem, mas uma proposta cheia de esperança por caminhos a percorrer. ...”



ORDO FRATRUM MINORUM
Curia generale
Via S. Maria Mediatrix 25
00165 Roma
ITALIA

+39 06684919
comgen@ofm.org
www.ofm.org